

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.152 - PR (2019/0084092-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : PAULO VICTOR FERRARI DA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : BRUNA THAISA DE SOUZA - PR086809
CLOVIS BARBOSA BRAGA E OUTRO(S) - PR079759
MAIARA PEREIRA ARAUJO - PR083850
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por PAULO VICTOR FERRARI DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná proferido no HC n.º 0053154-82.2018.8.16.0000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, em 23/11/2018, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006 e 12 da Lei n.º 10.826/2003, pois foi surpreendido na posse de 469 g de maconha, 434 g de cocaína, 1 arma de fogo de uso permitido, tipo revólver, calibre 38, sem autorização, 22 munições de calibre 380, 1 munição de calibre 32 e 13 munições de calibre 38. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

O pedido de revogação da prisão preventiva foi indeferido pela Magistrada de primeiro grau (fls. 45-49).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado (fl. 121):

"HABEAS CORPUS – CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES – PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA – SEGREGAÇÃO CAUTELAR FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – ELEMENTO CONCRETO EXTRAÍDO DOS AUTOS QUE PERMITEM A PRISÃO CAUTELAR – PACIENTE QUE TINHA EM SUA RESIDÊNCIA 470 GRAMAS DE MACONHA, 437 GRAMAS DE COCAÍNA, UM REVOLVER CALIBRE .38, E MUNIÇÕES – FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA – REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS – ART. 312, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – EVENTUAIS PREDICADOS SUBJETIVOS DA PACIENTE NÃO IMPEDEM A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES DIFERENTE DA PRISÃO – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO – ORDEM DENEGADA."

Nas razões recursais, alega o Recorrente, em suma, a carência de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva, além da ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar. Afirma que está sendo confundido com traficantes perigosos e violentos, integrantes de organizações criminosas e reincidentes, pois *"o fato ocorrido é um fato isolado em sua vida"* (fl. 143).

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que se consignou no acórdão impugnado (fls. 123-125; sem grifos no original):

*"Diante dos fatos, bem como da existência do mandado de busca e apreensão e da **quantidade e variedade de entorpecentes e da arma encontrada na residência do paciente**, a prisão preventiva se mostra adequada. Outro fato relevante é o paciente ter afirmado, em delegacia de polícia, que pagou cerca de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) pelos entorpecentes, porém na audiência de custódia afirmou que sua renda mensal girava em torno de R\$ 3.000,00, valor incompatível com o gasto para a aquisição dos entorpecentes.*

*Como se vê, a prisão preventiva foi decretada como **forma de garantir a ordem pública**, pressuposto este que fazem parte daqueles previstos no art. 312 do Código de Processo Penal:*

[...]

De fato, há elementos concretos aptos a justificar a prisão para garantia da ordem pública, uma vez que aparentemente o réu tinha em depósito os entorpecentes apreendidos pelos policiais em cumprimento ao mandado de busca e apreensão anteriormente expedido.

De outro lado, verifico que para assegurar a ordem pública, as outras medidas diversas da prisão preventiva não se revelam adequadas nem suficientes no presente caso, senão vejamos.

[...]

Sendo assim, a autoridade impetrada apontou circunstâncias extraídas dos autos que justificam a prisão sob tais pressupostos.

Caracterizados, portanto, o periculum libertatis e o fumus commissi delicti, este último consubstanciado na comprovação da existência do crime e em indícios suficientes de autoria e, aquele, em relação ao risco que o agente, em liberdade, pode causar à garantia da ordem pública com a reiteração da conduta."

Como se percebe, tais fundamentos não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, tendo sido amparada a custódia na **especial gravidade da conduta** – evidenciada pela quantidade e diversidade das drogas encontradas na posse do Recorrente, além das munições de calibres diversos e arma de fogo.

Com igual conclusão, destaco o seguinte julgado:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. POSSE ILEGAL DE MUNIÇÕES E ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO RASPADA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O Recorrente foi preso em flagrante, no dia 17/05/2018, e denunciado como incurso no art. 33, caput, e art. 35, caput, da Lei n.º 11.343/2006 e 12 da Lei n.º 10.826/2003, porque encontrado na posse de 21g (vinte e um) gramas de cocaína e 143g (cento e quarenta e três) gramas de maconha, 1 (um) frasco contendo substância semelhante à maconha, com peso aproximado de 41g (quarenta e um) gramas, um revólver calibre .38, Marca Taurus, com numeração raspada, e 4 munições calibre .38, das quais 2 intactas e 2 (duas) deflagradas, 1 caderneta com anotações do tráfico e certa quantia em dinheiro, parte dela (R\$ 880,00) em notas de R\$ 20,00 aparentemente falsas.

2. A prisão preventiva encontra fundamento na gravidade concreta das condutas delitivas, demonstrada pela apreensão de arma e razoável quantidade de drogas, circunstância que indica a periculosidade social da ação, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

[...]

5. Recurso desprovido. Prejudicado o pedido de tutela provisória." (RHC 104.366/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 04/12/2018; sem grifos no original.)

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância – notadamente sobre o **andamento atualizado do feito** e a **situação prisional** do Recorrente –, bem como ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página

eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

